

Pacto nacional de alfabetização na idade certa e a formação continuada no ciclo de alfabetização nas escolas municipais no município de Coari - Amazonas - Brasil, período 2013-2019

National literacy pact at the right age and continuing education in the literacy cycle in municipal schools in the municipality of Coari - Amazonas - Brazil, period 2013-2019

Josiel Souza da Silva

*Licenciatura Plena em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas
Graduação Tecnológica em Gestão Jurídica Notarais e de Registro-Universidade Paulista-UNIP
Especialista em Gestão Pública – Universidade do Estado do Amazonas/UEA
MBA Profissional em Pedagogia e Psicopedagogia Empresarial/ESAB-Escola Superior Aberta do Brasil
Especialista em Psicopedagogia Clínico e Institucional/ESAB-Escola Superior Aberta do Brasil
Pós-graduação com grau de Aperfeiçoamento em Projetos de Aprendizagem/CEFET-IFAM-Instituto Federal do Amazonas
Mestre e Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol/Paraguai–UNADES/PY
Professor Efetivo da Secretaria Municipal de Educação Coari-AM
<http://lattes.cnpq.br/9711719701647736>
<https://orcid.org/0000-0002-7656-7965>*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.101.8

RESUMO

Este estudo é um recorte da dissertação apresentação 2022, aborda o tema Pacto Nacional de Alfabetização na idade certa e a formação continuada no ciclo de alfabetização nas escolas municipais no município de Coari – Amazonas – Brasil, período 2013-2019, “A relevância desse estudo elevação do índice nacional das avaliações, provinha Brasil. O objetivo geral é Analisar o efeitos do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa e a Formação Continuada no ciclo de Alfabetização nas Escolas Municipais no Município de Coari – Amazonas – Brasil, período 2013-2019” Para tanto faz-se necessário conhecer in lócus o processo de alfabetização em nosso país “inclui aspectos relacionados aos marcos reguladores, aos processos teóricos metodológicos, ao acompanhamento do professor, ao trabalho docente, visando a melhoria do desempenho escolar por meio do modelo de ensino no ciclo de Alfabetização no Brasil, no Amazonas e em Coari, Nesse sentido, esse estudo foi caracterizado como uma pesquisa mista de cunho quanti-qualitativa, com estudo da literatura bibliográfica, pesquisa de campo, exploratória e descritiva com entrevistas semiestruturada sobre as categorias centrais que envolvem a temática de estudo.

Palavras-chave: PNAIC. Marcos Reguladore. teórico-metodológico. formação continuada.

ABSTRACT

A clipping of the dissertation presentation 2022, addresses Pact at the right age and continuing education in the literacy cycle in municipal schools in the municipality of Coari - Amazonas - Brazil, period 2013-2019, “The relevance of this study raising the national index of evaluations, came from Brazil. The general objective is to analyze the effects of the National Literacy Pact at the Right Age and Continuing Education in the Literacy Cycle in Municipal Schools in the Municipality of Coari - Amazonas - Brazil, period 2013-2019” For that, it is necessary to know in locus the The literacy process in our country “includes aspects related to regulatory frameworks, theoretical methodological processes, teacher monitoring, teaching work, aiming at improving school performance through the teaching model in the Literacy cycle in Brazil, Amazonas and in Coari, In this sense, this study was characterized as a mixed research of a quantitative-qualitative nature, with a study of bibliographic literature, field research, exploratory and descriptive with semi-structured interviews on the central categories that involve the theme of study.

Keywords: PNAIC, Marcos Reguladore, theoretical-methodological, continuing education.

INTRODUÇÃO

Dentre as perspectivas do processo de Ensino e Aprendizagem, a deficiências na formação alfabetizadora perpassa pelo modelo de ensino instituído pelos Sistemas de Ensino.

Não basta apenas ter estrutura predial é preciso um esforço mutuo de todos os envolvidos onde, as habilidades e capacidades de aprendizagem sejam despertadas e desenvolvidas no tempo e espaço correto sem prejuízo acadêmico no ciclo da alfabetização.

Desse modo, aborda-se neste recorte de dissertação, uma breve incursão sobre a alfabetização no país, o marco regulatório, marco teórico metodológico e a formação/continuada dos professores das escolas municipais de Coari-Amazonas no ciclo de alfabetização, dentro do

Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, pois o ciclo, o seriado ou multiseriado como a pouca instrução/formação continuada docentes pode deixar uma lacuna no processo de aprender a aprender e provoca um analfabetismo funcional no alunado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de alfabetização em nosso país dentro do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa “inclui aspectos relacionados aos marcos reguladores, aos processos teóricos metodológicos, ao acompanhamento do professor, ao trabalho docente, visando a melhoria do desempenho escolar por meio do modelo de ensino no ciclo de alfabetização (GATTI, p. 11, 2011).

No período colonial, datado de 1500 a 1822, vemos o prelúdio da história da educação brasileira iniciando-se em 1549, com a chegada do primeiro grupo de jesuítas a mando do rei de Portugal, Dom João III.

A inserção do Brasil no mundo ocidental deu-se por meio de processo envolvendo três aspectos: a colonização, a educação e a catequese. Nesse sentido, o objetivo da alfabetização dos jesuítas era catequizar os índios e promover o processo de aculturação dos mesmos, incluindo sobre estes a cultura europeia e a religião cristã.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, são instituídas as aulas régias por meio da Reforma Pombalina, porém com poucos efeitos práticos na Colônia devido ao reduzido número de professores capacitados aqui residentes.

No Período Imperial, de 1822 a 1889, após a Proclamação da Independência, por convocação do imperador D. Pedro I, em três de maio de 1823 é realizada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, com intuito de dar estrutura jurídico-administrativa ao novo país. As discussões revelaram a importância da organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo território do novo Estado.

Em 1827 foi aprovado, pelo Parlamento Brasileiro, um projeto limitado à escola elementar do qual resultou a Lei de 15 de outubro de 1827 determinando a criação de “Escolas de Primeiras letras”.

Nos anos que se seguiram, a instrução pública pouco caminhou e recebeu críticas quanto à insuficiência quantitativa, falta de preparo, baixa remuneração e pouca dedicação dos professores, além da ineficácia do método lancasteriano. Outra situação agravante foi o predomínio numérico da população estabelecida no campo. Ainda no século XIX adotou-se a produção agrícola-comercial-exportadora como modelo político econômico do país, o que fazia com que os conhecimentos escolares não suscitasse interesse da população majoritária pela escola.

Com a proclamação da República, mais especificadamente na compreendida República Velha ou Primeira República (1889-1930) verificamos que, se por um lado a escola não oferecia motivação para a população majoritária e tampouco lhe era acessível, por outro a minoria burguesa ascendia socialmente e demandava educação, apesar das poucas escolas públicas existentes. A taxa de alfabetização não sofreu modificações significativas entre 1900 e 1920.

Consideramos importante esclarecer aqui, conforme expresso em Romanelli (2014, p.

67), que até o ano de 1950 eram considerados para o censo analfabetos de mais de quinze anos de idade e todo aquele que simplesmente respondesse à pergunta “Sabe ler e escrever?” Os casos duvidosos eram resolvidos mediante a exigência de que a pessoa inquirida traçasse seu nome. Porém, após esse período (1950), só foram consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, com o que se conferiu maior rigor aos dados.

Em 1900, os indicadores demográficos demonstravam 65,3% de analfabetos e em 1920 houve um aumento no quantitativo que vai para 69,9%, conforme apontado por Lourenço Filho (1970 *apud* ROMANELLI, 2014, p. 66), porém esse aumento pode ser explicado pela duplicação do quantitativo populacional no intervalo desses vinte anos.

Após a Primeira Guerra Mundial e com a intensificação do processo de industrialização, vimos um contingente maior de estratos populares reivindicando a expansão do sistema escolar, pois as técnicas de leitura e escrita vão se tornando essenciais à integração no contexto social.

Com a ruína da política de alternância do “Café com Leite”, dá-se início a um novo período, da história brasileira, conhecido como “Era Vargas”, datado de 1930 a 1945. Observamos na década de 1930 que algumas mudanças foram trazidas com a Reforma Francisco Campos e com a expansão escolar desta década, porém podemos considerar culminante a atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE), ao discutir em 1931 um Plano Nacional de Educação na V Conferência Nacional pela Educação, levando à formulação do texto “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” publicado em 1932. Este manifesto elegeu três temas de destaque: “A educação, uma função essencialmente pública; a questão da escola unitária; a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação”.

Com a instituição do Regime “Estado-Novo” a Constituição de 1934 deu lugar à Constituição de 1937. Neste regime, foi explícito o dualismo educacional, onde os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou privado e os pobres estavam destinados às escolas profissionais; ou, se quisessem manter-se em escolas propedêuticas, teriam que contar com as caixas escolares, que constituíam um fundo assistencial.

Romanelli (2014, p. 66) focaliza que com a taxa de urbanização dobrada e aumento do número de escolas houve a primeira queda sensível na taxa de analfabetismo, visto que entre 1920 e 1940 a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano, onde no ano de 1940 o censo indicava 56,2% de analfabetos.

Alguns marcos deste período merecem destaque, tais como: a Reforma Capanema, a criação do Instituto Nacional de Pedagogia em 1937- INEP (vide nota de rodapé na lista de siglas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946.

Em 1942 foi constituída a criação do primeiro Fundo Nacional do Ensino Primário, com destinação de 25% dos recursos à Alfabetização de adultos e em 1947, após cinco anos, o presidente Eurico Gaspar Dutra iniciou a Campanha de educação de adolescentes e adultos, sendo retomada por Getúlio Vargas no ano de 1952.

Mais à frente, no Governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, o ideário nacionalista desenvolvimentista levou ao estabelecimento do “Plano de Metas” que proferia a necessidade da institucionalização de uma educação para o desenvolvimento, com destaque ao Ensino Técnico-

-Profissionalizante, levando à criação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Portanto, o país manteve, nesse ínterim, a metade de sua população sem domínio dos conhecimentos básicos de leitura e escrita, chegando à taxa de analfabetismo a 50,48%, assistindo o persistir de um ensino técnico profissional destinado aos mais pobres.

Finalmente, após treze anos de debates, no Governo do presidente Jânio Quadros foi assinada a primeira LDBEN, a Lei 4024/61. Dentre seus princípios destaca-se a retórica sobre o combate ao analfabetismo, porém o combate a essa situação deu-se sem grande eficiência, chegando o índice de analfabetismo a 39,35% na década de 60.

Como medida de reforma governamental, o presidente João Goulart, na presidência de 1961 a 1964, traça o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que fixou como prioridade a necessidade de expansão do Ensino Primário, desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação técnica.

Neste período, mais precisamente em 1961, deparamo-nos com o brilhantismo de Paulo Freire, através da experiência de Angicos, que auxiliou na composição do Programa Nacional de Alfabetização, instituído durante o governo de João Goulart. O plano pretendia alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos.

Outra ação que merece destaque neste governo foi o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi a público em 1962, seguindo as prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 4.024/61) e impôs ao Governo Federal a obrigação de investir 12% dos recursos financeiros arrecadados pela União para a educação e a matrícula em oito anos de até 100% da população escolar de sete a onze anos de idade.

Conquanto, com o Golpe Civil-Militar de 1964, vimos a extinção tanto do Programa Nacional de Alfabetização como do PNE por meio de um decreto dos militares. No período da Ditadura Militar, que perdurou até 1985, o Brasil, vivenciou reformas efetuadas em todos os níveis de ensino, sendo implantado em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era alfabetizar 11,4 milhões em quatro anos e erradicar o analfabetismo em oito anos, todavia a meta não foi alcançada. Embora a taxa de analfabetismo neste período tivesse diminuído, indicando em 1970 um percentual de 33,01% e em 1980 um número de 25,94% de analfabetos, existiu elevado índice de repetência nas primeiras séries, fator que impedia o avanço da escolaridade dos estratos populares.

Em 1988, com a Redemocratização e promulgação da Constituição Federal do mesmo ano, novos programas foram criados a fim de atender aos princípios da educação. Vimos a extinção do Método Mobral, no governo do presidente José Sarney, datado de 1985-1990, e a criação da Fundação Educar que teve incorporadas algumas iniciativas do Mobral. Nesta gestão presidencial, os analfabetos tiveram, pela primeira vez, o direito ao voto na história brasileira.

Adiante, em 1990, na presidência de Fernando Collor, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), cuja meta era, em quatro anos, reduzir em até 70% o analfabetismo.

Com o impeachment de Collor, o presidente Itamar Franco instituiu, em 1993, o Plano Decenal de Educação para Todos, que tinha por objetivo acabar com o analfabetismo em dez anos. Porém, como de costume, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso desconti-

nuou o Programa e criou o Programa Alfabetização Solidária, responsável por algum sucesso no campo da alfabetização, embora modesto. O grande mérito de seu governo foi o de colocar 97% das crianças brasileiras na escola, contribuindo para a diminuição da formação de novas levas de analfabetos.

Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado com a premissa de universalizar a Alfabetização de brasileiros acima de 15 anos. Porém, a proporção de adultos iletrados teve queda pífia, pois foi possível constatado 13,6% de analfabetos no ano 2000 e 9,6%, em 2010, com base nos resultados do Censo Demográfico de 2010.

No ano de 2012, quando é instituída a política do PNAIC, observamos a taxa de analfabetismo, de pessoas de 15 anos ou mais, estimada em 8,7%, (PNAD/IBGE), o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país e uma taxa de 15,2% de crianças não alfabetizadas segundo dados do Censo 2010/ IBGE.

Com a aprovação da LDBEN 9394/96 que buscava garantir o acesso ao ensino e favorecer a progressão dentro da escola, nos anos de 1997 e 1998, é visualizada uma redução da reprovação na primeira série devido a algumas secretarias de educação passarem a adotar o sistema de ciclo.

No ano de 2012 foi implantado o PNAIC, um programa do Governo Federal executado pelo MEC, que se configura como um compromisso assumido, no ano de 2012, entre os governos federal, estadual e municipal no que tange à alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O PNAIC conta com a parceria das universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada, com adesão dos estados e municípios. Podem participar os professores que estão em exercício nos três primeiros anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino.

A adesão ao PNAIC é realizada por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, módulo Plano de Ações Articuladas – PAR. No momento da adesão a esta política do Governo Federal, estados e municípios reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto 6.094/2007 – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007a), no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007b) e no Plano Nacional de Educação, especificamente no tocante à alfabetização das crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

O PNAIC foi instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que definiu suas ações e diretrizes gerais:

Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distritais e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger:

I - a alfabetização em língua portuguesa e em matemática;

II - a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental;

III – o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação. Parágrafo único. A pactuação com cada ente federado será formalizada em instrumento próprio a ser disponibilizado pelo MEC (BRASIL, 2012a).

Tal documento elenca nos seus discursos que as ações do pacto se apoiam em quatro grandes eixos de atuação, conforme segue,

1º - Formação Continuada de Professores Alfabetizadores: Essa formação ocorre através de um curso presencial de dois anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, com base no programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os professores que ministram as aulas, chamados de orientadores de estudo, são também professores da rede, mas que recebem uma formação específica na universidade responsável pelo pólo.

2º - Materiais Didáticos e Pedagógicos: Esse eixo é formado por um conjunto de materiais específicos para alfabetização.

3º - Avaliações: Esse eixo reúne três componentes principais: avaliações processuais, disponibilização de um sistema informatizado, no qual os professores deverão inserir os resultados da Provinha Brasil de cada criança, no início e no final do 2º ano, e a aplicação, junto aos alunos concluintes do 3º ano, de uma avaliação externa universal pelo INEP, visando aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo, o que possibilitará às redes implementarem medidas e políticas corretivas.

4º - Gestão, Controle Social e Mobilização: O arranjo institucional proposto para gerir o Pacto é formado por quatro instâncias: I) um Comitê Gestor Nacional; II) uma coordenação institucional em cada estado; III) Coordenação Estadual; e IV) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede (BRASIL, 2012a, grifos nossos).

Acerca da base legal, além da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o PNAIC, instituindo igualmente suas diretrizes gerais e ações do programa, outros dispositivos legais foram publicados na intenção de dar materialidade aos discursos, dando dessa forma legitimidade às iniciativas de formação continuada de professores alfabetizadores.

Dessa forma, o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece (BRASIL, 2012b) pode ser considerado o primeiro documento orientativo e normativo desta política. Este documento foi produzido pelo MEC e apresenta os aspectos gerais, contendo esclarecimentos importantes acerca da alfabetização, sobre o curso de formação, os materiais pedagógicos disponibilizados pelo MEC, as avaliações, gestão, controle social e mobilização.

Em termos gerais, o documento preconiza a estrutura organizacional da política mediante os objetivos, funções e atribuições dos envolvidos, como também delineia uma concepção de formação continuada que aponta a natureza reflexiva e investigativa da formação.

A ação formativa do PNAIC se dá de forma presencial. No ano de 2013 a ênfase foi na área da linguagem e, em 2014, na matemática, sendo realizados encontros presenciais no decorrer do ano letivo, conforme descrição a seguir:

Serão ofertados quatro cursos em turmas distintas: um curso para professores do ano 1 do ensino fundamental, um para os docentes no ano 2, um para os professores do ano 3 e um para docentes de turmas multisseriadas. Quando o número de docentes de um dos anos for muito pequeno, as turmas poderão ser constituídas de professores de diferentes anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012b, p. 24).

Os referidos cursos apresentam uma estrutura de funcionamento em que as Universidades, Secretarias de Educação e instituições escolares se articulam para a realização do proces-

so formativo do professor. Inicialmente, essa estrutura é constituída por dois grupos de professores, sendo: formadores e orientadores de estudo. A ação destes reflete sobre um terceiro grupo, o dos professores alfabetizadores cursistas, ou seja, os professores que atuam diretamente com os alunos em sala de aula.

Nesse sentido, o professor formador, docente selecionado pelas universidades públicas do país, atua na formação dos orientadores de estudo, estes, organizam, com embasamento nos princípios formativos do programa, a formação do terceiro grupo. Dessa forma, a mobilização dos saberes que se efetivarão nas práticas escolares resultará em conhecimentos reais para os alunos, sendo realizados por esses três grupos de professores.

Os orientadores de estudo são escolhidos entre os próprios integrantes do quadro da Rede de Ensino, preferencialmente, com experiência como tutores do programa Pró-Letramento. Cabe ressaltar que a seleção para a escolha dos orientadores de estudo prevê: o currículo, a experiência e a habilidade didática dos candidatos, além de:

- I. Ser profissional do magistério efetivo da rede;
- II. Ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura;
- III. Atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo exercer a função de coordenador pedagógico, e/ou possuir experiência na formação de professores alfabetizadores (BRASIL, 2012b, p.26)

A legislação prevê também que a formação dos orientadores de estudo ficará a cargo das Universidades Federais e Estaduais que fazem parte da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. No ano de 2012, foi realizada uma formação inicial de 40 horas e, ao longo de 2013, foram realizados encontros de formação com os orientadores de estudo, os quais foram acompanhados e certificados pela universidade responsável na sua região.

Quanto à participação na formação continuada, o documento Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece (BRASIL, 2012b) aponta que somente poderão participar da formação aqueles professores que constam no Censo Escolar do ano anterior, ou seja, no ano de 2013 só puderam participar aqueles que, no Censo Escolar de 2012, estavam lecionando na rede pública em qualquer ano/série, mas que em 2013 estivessem atuando em turmas de 1º, 2º e 3º ano ou em classes multiseriado que possuem estudantes deste ciclo.

Quanto ao eixo estruturante do PNAIC, Materiais Didáticos e Pedagógicos são formados por instrumentos específicos para alfabetização como: livros didáticos, que são entregues pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e manuais do professor; as obras literárias que complementam os livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa, também entregues pelo PNLD; os jogos pedagógicos de apoio à alfabetização, obras de referência, pesquisa e literatura, que são entregue pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE; obras de apoio pedagógico aos docentes e à alfabetização.

No Brasil, a questão da formação continuada de professores vem sendo amplamente discutida como uma das vias principais de acesso à melhoria da qualidade do ensino. O motivo pelo interesse e preocupação pela formação ocorre principalmente pelo fato de, nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro ter sofrido uma grande expansão, registrando-se um crescimento amplo das matrículas em todos os níveis de ensino. Dentro dessa realidade, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos no sentido de favorecer a construção de políticas públicas que venham de fato reverter os indicadores de desempe-

no dos alunos que hoje estão nas escolas de todo país, e um dos caminhos apontados é a formação continuada de professores (BRASIL, 2012b, p.09).

A proposta trazida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC vem sendo formulada desde 2008, a partir de uma perspectiva de renovação curricular, na qual destaca-se, principalmente, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, trazendo mudanças na estrutura da Educação Básica, sobretudo o ciclo inicial de alfabetização.

Em decorrência dos altos índices de analfabetismo funcional apresentados no contexto brasileiro, erradicar essa realidade é um desafio já assinalado pelo próprio Plano Nacional de Educação – PNE (2011 a 2020), cuja meta é consolidar a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oitos anos de idade ou até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Se estabelecem como estratégias fomentar a organização do ciclo de alfabetização com duração de três anos, aplicar exames com intuito de verificar o nível de alfabetização dos alunos, diversificar os métodos e propostas pedagógicas, apoiar a alfabetização de crianças indígenas e fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais (BRASIL, 2015, p. 12).

De acordo com o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Romeu Caputo, o Pacto é uma grande ação que envolve as administrações municipais e estaduais e o Governo Federal. “O Pacto envolve mais de 5.400 municípios, todos os estados e o Governo Federal numa grande ação de formação de 318 mil professores alfabetizadores trabalhando em 400 mil turmas de alfabetização de crianças dos seis aos oito anos de idade. O pacto conta com a participação de 38 universidades públicas, envolvendo uma equipe de quase 600 professores formadores, responsáveis pela capacitação de 16.814 orientadores de estudo.

No município de Coari em sua Rede Municipal, nos anos de 2013-2014 foram atendidos 255 professores, em 2016-2017, foram 240 professores e em 2017-2018 um total de 187 profissionais alfabetizadores foram atendidos pelo programa de formação continuada.

Em decorrência dos altos índices de analfabetismo funcional apresentados no contexto brasileiro, erradicar essa realidade é um desafio já assinalado pelo próprio Plano Nacional de Educação – PNE (2011 a 2020), cuja meta é consolidar a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oitos anos de idade ou até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Se estabelecem como estratégias fomentar a organização do ciclo de alfabetização com duração de três anos, aplicar exames com intuito de verificar o nível de alfabetização dos alunos, diversificar os métodos e propostas pedagógicas, apoiar a alfabetização de crianças indígenas e fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais (BRASIL, 2015, p. 12).

Com base nessa conjuntura de estratégias e metas traçadas pelo PNE, designou-se o Programa Federal Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, originado no ano de 2012 cuja principal meta seria de alfabetizar as crianças até o final do Terceiro Ano do Ensino Fundamental correspondente aos oito anos de idade. Essa política, direcionada para a formação continuada do professor alfabetizador foi uma articulação entre MEC, PNLD, FNDE e PAR.

Esse processo formativo é mediado pelos Orientadores de Estudo, no geral, professores da rede, que primeiramente recebem um curso específico, tendo como fundamento documentos concernentes a alfabetização e letramento em língua portuguesa, matemática, ciências e artes. Nessa perspectiva,

a formação continuada do PNAIC tem um importante papel para o desenvolvimento do profissional docente, objetivando maiores reflexões sobre a concepção de alfabetização e letramento, principalmente no sentido de propiciar articulação entre a teoria e a prática para que as crianças desenvolvam competências leitoras e escritoras. O PNAIC tem como orientação teórica uma concepção sociocultural de alfabetização. De acordo com o caderno de apresentação do pacto, a alfabetização deve acontecer com situações planejadas envolvendo a escrita e favorecendo concomitantemente, a aprendizagem da escrita alfabética, o letramento, possibilitando que o aluno em processo alfabético, tenha acesso a textos escritos de modo que garanta sua inserção social em vários ambientes e situações de leitura e de escrita. (BRASIL, 2012, p. 12)

O PNAIC defende a ideia de que a aprendizagem de ler e escrever exige levar em consideração as práticas sociais de leitura e escrita, percebendo que o educando é “[...] capaz de construir conhecimentos e participar de modo ativo nos diferentes espaços de interlocução, defendendo princípios e valores” (BRASIL, 2012, p. 26). Com esse entendimento, o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, fundamenta-se em quatro indicadores que deverão ser considerados no desenvolvimento do fazer pedagógico do Professor Alfabetizador, que são:

1. O Sistema de Escrita Alfabético é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas de conhecimento podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (BRASIL, 2012, p. 27).

Cabe destacar que o Programa inicia em 2013 abordando em seu princípio temáticas somente a Língua Portuguesa, principalmente, a apropriação da leitura e da escrita no ciclo de alfabetização. No ano de 2014 a formação foi ampliada contemplando a disciplina de Matemática, sempre na perspectiva do letramento. No ano de 2015 a área de estudo desse programa de formação de professor direcionou-se para a área de Ciências e Artes, isso tudo sem deixar de levar em consideração as exigências da prática docente articulada com a Língua Portuguesa e a Matemática.

De acordo com os cadernos de orientações do PNAIC, essa consciência da necessidade que tem o professor de estar procurando se aperfeiçoar sempre, a ponto de chegar ao entendimento que o ciclo da alfabetização deve ser trabalhado de forma organizada e planejada, poderá contribuir para garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas no final do terceiro ano do Ensino Fundamental, conforme almeja o pacto (BRASIL, 2012, p. 29).

O PNAIC defende, assim, que a formação continuada de professores é uma ação complexa e que necessita ser apoiada pelos mais distintos segmentos da sociedade. Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Educação Básica deverão assumir o compromisso de viabilizar reflexões, assim como propor estratégias que tenha como principal objetivo a melhoria do sistema educacional brasileiro, “[...] tendo como norte que a instituição escolar é um espaço plural e, nesse sentido, a diversidade tem que ser considerada como parte da sua essência e não como algo que justifique a exclusão do aluno” (BRASIL, 2012, p.06).

De maneira geral, a proposta de ensino, por meio dos Cadernos de formação do PNAIC,

é incluir a criança em um ambiente de aprendizagem, considerando a brincadeira e os jogos como um instrumento motivador na construção do conhecimento do sistema alfabético e dos conteúdos dos componentes curriculares.

Ao romper com a ideia de que a aprendizagem precisa ser considerada como algo muito sério e formal, a escola passa a tomar como princípio que a agitação e movimentos em torno dos jogos e brincadeiras não se opõem à construção do conhecimento escolar, desde que o professor tenha uma clara intenção pedagógica na condução dessas atividades. Alguns materiais que fazem parte do cotidiano escolar podem contribuir para essa perspectiva (BRASIL, 2012, p. 7).

A temática de ensinar por meio do uso das brincadeiras traz algumas discussões a respeito de usar a ludicidade na sala de aula como Direito de Aprendizagem e ser um instrumento de aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética – SEA. Desta forma, segundo o Programa, o planejamento do professor deverá incluir propostas com uso de brincadeiras e jogos que possam estimular a aprendizagem e a inclusão da criança no processo educativo.

Nessa perspectiva, o professor poderia propor situações diversificadas de ensino, para que, de modo lúdico, as crianças aprendessem a escrever, ler e ampliar suas referências culturais. Assim, os textos do PNAIC enfatizam que a aprendizagem pode resultar de atividades lúdicas, na medida em que “a aprendizagem se dá por construção do sujeito na interação com o outro e com o conhecimento” (BRASIL, 2012, p. 22). Essa ideia também pode ser compreendida a partir de Horn:

Em síntese, o material de formação do PNAIC faz menção ao relacionamento entre o ensino e a aprendizagem, por meio do uso de diferentes recursos pedagógicos (seja ele desenvolvido pelo professor ou disponibilizados pelo MEC), estratégias de ensino, projetos didáticos, planejamento da rotina, avaliação e reflexão constante dessas ações.

O ideal de formação continuada proposta no PNAIC é inferir em seus textos a ideia de formação partindo das vivências práticas de sala de aula, realizada por meio da troca de saberes e da experiência.

A formação do professor não se encerra na conclusão do seu curso de graduação, mas se realiza continuamente na sua sala de aula, onde dúvidas e conflitos aparecem a cada dia. Uma das possibilidades de superação de dificuldades é a oportunidade de discutir com outros profissionais da educação, o que pode favorecer a troca de experiências e propiciar reflexões mais aprofundadas sobre a própria prática (BRASIL, 2012a, p. 27).

Isto fica claro quando o texto admite um espaço externo à escola para o lócus da produção de conhecimento, pois coloca a escola como um espaço destinado à prática, onde se aplicam conhecimentos científicos e se adquire experiência profissional, com o aporte de “pacotes de formação” que não levam em conta o ciclo de vida profissional.

Encontramos dentro desses objetivos, as seguintes palavras-chave, que se expressam nos conteúdos do curso: 1- Alfabetização no contexto do letramento; 2- Currículo; 3- Direitos da aprendizagem; 4-Avaliação; 5- Estratégias de inclusão; 6- Conhecimento dos recursos didáticos distribuído pelo MEC para eventual utilização nas escolas; 7- Planejamento; 8- Organização de rotina da alfabetização e de diferentes agrupamentos; 9- Criação de ambiente alfabetizador; 10- Entendimento da consciência fonológica e gráfica; 10- Jogos e brincadeiras na alfabetização e 11- Integração de diferentes componentes curriculares na alfabetização. Cabe ressaltar que enfatiza a proposta da alfabetização na perspectiva do letramento.

Dentro dessa formação continuada, seis princípios são expressos como aporte para alcance dos objetivos da formação (BRASIL, 2015, p. 26-27): Prática da reflexividade, mobilização dos saberes docentes, a constituição da identidade profissional, a socialização, o engajamento e a colaboração.

O Plano Nacional de Educação, vislumbra a formação continuada dos docentes como uma das formas de valorização do magistério para a melhoria da qualidade da educação. Por esta razão é importantíssimo manter o aperfeiçoamento constante dos profissionais em docência da Educação Básica explicitamente das séries iniciais, implicando no aprofundamento do conhecimento e da prática em sala de aula.

[...] A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior. (BRASIL, 2001, p 4 e 95).

Para Teles e Pessoa a formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo é um dos principais eixos de atuação do PNAIC. Iniciar a terceira etapa 2017/2018 deste processo formativo significa, ao mesmo tempo, retomar e continuar as temáticas discutidas nos Cadernos de Linguagem (BRASIL, 2013) e nos de Alfabetização Matemática (BRASIL, 2014). Assim como nos anos anteriores (BRASIL, 2015/2016), o objetivo geral do PNAIC é apoiar os professores alfabetizadores no planejamento das aulas e no uso articulado dos materiais e das referências curriculares e pedagógicas dos eixos Materiais Didáticos, Literatura, Tecnologias Educacionais Digitais e Avaliação.

RESULTADOS

O Município de Coari está localizado no Estado do Amazonas à margem direita do Rio Solimões, a 363 km de Manaus (capital do estado) em linha reta e a 463 km por via fluvial. Esse município destaca-se por suas belezas naturais e pela riqueza do solo que produz petróleo e gás natural. No município de Coari na Rede municipal, oferecer o Ensino Básico que contempla e 157 (cento, cinquenta e sete) escolas rurais, e 14 escolas na zona urbana (PME, pág. 17).

Em termos gerais, o documento preconiza a estrutura organizacional da política mediante os objetivos, funções e atribuições dos envolvidos, como também delineia uma concepção de formação continuada que aponta a natureza reflexiva e investigativa da formação docente e o melhoramento dos resultados pedagógicos no aluno, bem como nas avaliações externas SAEB, ANA, PROVINHA BRASIL e SADEAM.

Fica clara a intenção do MEC de oferecer ao professor subsídios que permitam a ampliação e aprofundamento dos seus conhecimentos sobre alfabetização, interdisciplinaridade e inclusão como princípio fundamental do processo educativo, subsidiando o professor, com materiais didáticos e literários, enfatizando a utilização do material distribuído pelo MEC como ferramenta de trabalho docente.

Tabela 1- Alance de professores alfabetizadores na Rede Municipal de Ensino-PNAIC

Ano de Formação Continuada-PNAIC	2013-2014	2015-2016	2017-2018
Orientadores de Estudos	10	10	10
Professores Alfabetizadores	255	240	187
Atendimento por turma			
1º Ano do Ciclo de Alfabetização	39	24	21
2º Ano do Ciclo de Alfabetização	29	22	24
3º Ano do Ciclo de Alfabetização	29	27	29
Classes Multiseriadas	206	198	130
Educação Infantil	-	-	78
Total	296	271	282

Fonte: Coordenação do Setor de Políticas Públicas e Educacionais da Secretaria Municipal de Educação.

A aprendizagem não é igual pra todos os alunos” justificando a importância da formação. A professora E relatou que “eu acho que o curso tem que mudar a prática; se não mudar, não valeu, não alcançou o objetivo”. Portanto, os professores viram o PNAIC como sendo útil em todas as suas edições, aparentemente, compreenderam a importância do programa. Sendo assim, a professora E afirmou:

Foi muito bom [...] Queria que o PNAIC continuasse com seriedade. A gente tem que pensar nos meninos. Eles são o futuro. Eles que vão estar amanhã na liderança do país. Que dê continuidade. Deveria estender para o 4º e 5º anos. Que tivesse sequência.

No caso específico da alfabetização, em que novas propostas estão surgindo, tal processo de avaliação formativa é ainda mais importante. Nunes (2001,p. 30) ressalta ainda que deve-se:

[...] considerar o professor em sua própria formação, num processo de autoformação, de reelaboração dos saberes iniciais em confronto com sua prática vivenciada. Assim, seus saberes vão-se construindo a partir de uma reflexão na e sobre a prática. Essa tendência reflexiva vem-se apresentando como um novo paradigma na formação de professores, sedimentando uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores e das instituições escolares.

Diante das exposições acima constata-se por meio da Avaliação Nacional de Alfabetização o melhoramento das habilidades e competências dos educandos em leitura, escrita e matemática, e tudo isso graças a formação continuada dos alfabetizadores por meio do PNAIC.

As escolas municipais que se colocam nas tabelas abaixo, corroboram de forma positiva de como a formação continuada por meio do PNAIC tem surtido efeito qualiquantitativo no ensino e aprendizagem dos educandos. Melhorando a ação docente bem como de todos os envolvidos no ambiente escolar.

Segundo o INEP (ANA), a escola municipal A está classificada em nível sócio econômico 03, isso significa que a escola encontra-se em um área com baixa renda familiar e de pouca escolaridade. A pesquisa também revelou o aumento do número de professores formados na escola municipal, deixando seus 27,5% para 55,2% de professores licenciados nas séries iniciais e em formação/continuada. Isto só reforça o avanço dos alunos na capacidade e habilidade da leitura, escrita e na matemática. Ver tabela abaixo:

Tabela 2 - Avaliação Nacional da Alfabetização Escola Municipal (A)

Habilidades e competências	Nível 1 (%)		Nível 2 (%)		Nível 3 (%)		Nível 4 (%)	
	2013	2016	2013	2016	2013	2016	2013	2016
Proficiência em leitura	29.01	78.29	56.46	17.84	6.4	3.88	0.0	0.0
Proficiência em escrita	53.67	60.47	20.77	27.13	14.53	1.55	3.3	10.85
Proficiência em Matemática	29.83	65.65	41.41	32.06	12.68	1.53	16.08	0.76

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ano 2018

A reflexão sobre a prática é demonstrada quando se percebe a troca de experiências, a interação do grupo e o estreitamento das relações. Perceber que seus pares também necessitam da reelaboração de saberes que já estavam “enraizados” e que precisam ser passados aos alunos de forma diferente e que colaborem para a aprendizagem, só tende a contribuir para a melhoria do processo educacional.

A escola municipal B, por sua vez está localizada em uma área nobre da cidade e isso faz com que a procura por matrícula seja relativamente elevada. Tanto é que no quadro socioeconômico a escola está no nível 04, na qual o quadro de seus professores tem alta formação pedagógica com 70% de professores licenciados e em formação/continuada. Sendo assim, segue abaixo o quadro comparativos das capacidades e habilidades desenvolvidas pelos alunos em leitura escrita e matemática nos anos de 2013 e 2016.

Tabela 3 - Avaliação Nacional da Alfabetização Escola Municipal (B)

Habilidades e competências	Nível 1 (%)		Nível 2 (%)		Nível 3 (%)		Nível 4 (%)	
	2013	2016	2013	2016	2013	2016	2013	2016
Proficiência em leitura	48.42	43.62	37.14	34.04	12.17	21.17	2.28	1.06
Proficiência em escrita	42.04	15.96	29.17	40.04	18.89	3.19	7.17	39.36
Proficiência em Matemática	44.81	29.35	38.18	44.57	13.53	10.03	3.47	9.38

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ano 2018

Com a verificação dos dados da Escola Municipal B, nota-se que a Formação continuada dentro do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a Formação acadêmica dos professores, tornam essa escola uma referencia na superação das dificuldades enfrentadas pelos alunos que é ler, escrever e calcular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é uma política pública, criada com a intenção de colaborar para a melhoria da qualidade do processo de alfabetização sendo aceita e aprovada pelo grupo de professores alfabetizadores que estão no ciclo de alfabetização na rede municipal de ensino.

Percebeu-se também que cursos como o PNAIC não são, por si só, capazes de mudar a Educação de forma imediata, mas que representam um importante passo de uma longa caminhada. Portanto, ficou evidente, na fala dos professores, a importância do PNAIC no processo de formação continuada, assim como a continuidade desse programa para a melhoria da/prática pedagógica.

Um aspecto que mereceu destaque foi a troca de experiências que colaborou para a reflexão sobre a prática docente. Notou-se a importância de se dar vez e voz ao professor, mesmo que seja nesses momentos de formação.

A claridade dessa política implantada desde o ano 2012 a 2018, perdura até os dias de hoje demonstrados nas tabelas de resultado da Avaliação Nacional de Alfabetização. Os documentos desta política, seus marcos reguladores, marcos teóricos-metodológicos e a formação/docente-continuada, apresentam a alfabetização enquanto um desafio para a educação, trazendo o discurso de que muitas crianças brasileiras concluem o ciclo que pertence à alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas, elencando ainda que este seja um problema que pode comprometer o seu futuro e, conseqüentemente o futuro do país.

Desse modo, em nenhum material desta política, o contexto social é problematizado ou referenciado, como também, o conhecimento das formas de organização capitalista é extinto, como se o entendimento deste contexto não fosse relevante para formar os valores almejados ou até mesmo para as maneiras que se almeja formar o docente alfabetizador.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. Como elaborar protocolo de investigação científica e informe final de trabalho de conclusão de curso e tese. 2ª ed. Versão em Português: César Amarilhas. Assunção/Paraguay, 2016.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. 2ª ed. 2ª Reimpressão. Versão em Português: César Amarilhas. Assunção/Paraguay, 2014.

AMARAL, N. C. Os desafios do financiamento da educação brasileira até 2050: o Brasil possui condições para um salto educacional? 2010?. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/92.pdf> Acesso em: 12 nov. 2016. BALL, S. Education reform. A critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R.; BALL, S; J.; GOLD, A. Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Decreto nº 6.755 de 29 de novembro de 2009. Institui a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF, 2009. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://www.pacto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação à Distância.

Pró-Letramento: Programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental: Guia Geral. Brasília: MEC/SEB/SEED, 2010. Disponível em: . Acesso em: 03 maio 20120.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Formadores e professores: discutindo lógicas de ação. Revista Língua escrita, Belo Horizonte, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2020.

FREIRE, P. para educadores / Vera Barreto. São Paulo: Arte& Ciência, 1998

LUCIO, Elizabeth Orofino. Implantação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica e do programa Pró-Letramento. In: 10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, Anais, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: Acesso em: 02 out. 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino? In: _____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 4, p. 60-84.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gestar II. Apresentação. Orientações gerais. Disponível em: . http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12380&Itemid=642>. Acesso em: 02 maio 2021

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010